

'Gatilho' das salvaguardas, nova arma para negociar com credores

MILANO LOPES

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, inicia, amanhã, em Nova York, o processo de negociação da dívida externa brasileira com os banqueiros privados, convencido de que, entre os itens da proposta que apresentará perante o comitê assessor dos bancos, o mais problemático será o que institui cláusulas de salvaguarda que assegurarão financiamento adicional automático sempre que ocorrerem imprevistos, que resultem em perdas sensíveis nas exportações ou erosão de reservas.

As salvaguardas a serem propostas pelo Brasil, são basicamente as seguintes:

- 1) — Quebra da safra agrícolas que resultará em redução dos excedentes exportáveis de produtos alimentícios;
- 2) — Redução drásticas dos preços de exportação das principais commodities exportadas pelo País;
- 3) — Aumento substancial e imprevisto nos preços do petróleo no mercado internacional, pressionando as importações do produto pelo Brasil;
- 4) — Elevação imprevista da taxa de juros internacionais, bem acima da taxa média praticada no momento da formalização do acordo. Atualmente, a taxa média da *libor* (taxa interbancária de Londres) é de 6,5%.

TENTATIVA

A idéia da introdução das salvaguardas não é nova e já havia sido cogitada no governo anterior, quando as negociações eram conduzidas pelo então presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Posteriormente, ela foi absorvida pelos negociadores do governo Sarney, que decidiram incluí-la como ponto im-

portante na proposta de negociação que estava sendo esboçada sob a coordenação do então ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Hoje, com o agravamento da crise cambial, ela tornou-se indispensável.

Trata-se, na prática, de uma espécie de gatilho que é automaticamente disparado, em forma da concessão de créditos adicionais pelos bancos, sempre que, em decorrência de eventos como os mencionados, haja perda de exportações, aumento excepcional de importações e, portanto, redução dos superávits comerciais, ou erosão de reservas motivada por elevações desproporcionais e imprevistas da taxa de juros.

Os bancos sempre resistem em concordar com as salvaguardas, argumentando que não podem aumentar, aparentemente sem controle, a *exposure* (nível de empréstimos) em relação a determinados países, por causa de eventos que estão fora de seu controle. Afirmando que a aplicação sem limites da salvaguarda pode, teoricamente, obrigá-los a conceder créditos a um determinado país praticamente de forma ilimitada.

Mas apesar dessa resistência, algumas concessões já foram feitas nessa área, inclusive em relação ao México, quando ficou acertado, no atual pacote de negociação, que os mexicanos receberiam créditos adicionais automáticos sempre que ocorresse uma sensível perda de receita por causa da depressão dos preços do petróleo.

Os países devedores, além disso, argumentam que o próprio Fundo Monetário Internacional — FMI —, cujo rigor é conhecido possui linhas de crédito de saque automático, as chamadas *credits facilities*, calculadas sobre o montante de *DES* — Di-

reitos Especiais de Saque (a moeda do Fundo) disponível para cada país-membro. Essas linhas de crédito atendem aos países-membros sempre que ocorre uma perda sensível de suas exportações, e o Brasil, que vem sustentando quedas em seu superávit comercial, poderia sacar dessa linha de crédito, se assim o desejasse, sem nenhum compromisso prévio ou posterior com o FMI.

Prazos E Spreads

Outros pontos importantes da proposta que Francisco Gros pretende apresentar aos banqueiros, a partir de amanhã, referem-se à delicada questão do prazo. A intenção inicial, ainda no tempo do ministro Francisco Dornelles, era propor uma negociação multianual, com um prazo em torno de 16 anos para o pagamento do principal, e prazo de carência de sete a nove anos, seguindo a fórmula delineada no governo Figueiredo.

Mas, com o agravamento da crise cambial e a necessidade inadiável de dinheiro novo, o governo admitiu um prazo bem menor, para compensar a concessão de créditos, mas agora, decretada a moratória, o presidente José Sarney vai propor um programa de negociação de quatro anos, abrangendo todo o período governamental, admitindo a hipótese de que seu mandato será de seis anos.

A proposta brasileira inclui ainda o pagamento de um *spread* (taxa de risco) bem baixo, tendo como teto os 0,8125% concedidos ao México e a garantia de um fluxo de financiamentos bancários da ordem de US\$ 3,0 bilhões anuais, valor consistente com um superávit comercial de US\$ 8,0 bilhões anuais, um crescimento do PIB de 6% ao ano e expansão no nível de emprego.

Brasília/Ag. Estado